

Ouvidoria recebe mais pedidos

Número de solicitações de serviços, em Santos, cresceu 16% no primeiro semestre, na comparação com igual período do ano passado

PALAVRA DO EDITOR

O órgão serve como instrumento de participação popular na correção de problemas e na manutenção de serviços da Cidade. À medida que o nível de exigência aumenta, Poder Público deve melhorar atendimento.

SANDROTHADEU
DA REDAÇÃO

O número de demandas registradas na Ouvidoria Pública de Santos no primeiro semestre aumentou 16% em relação ao mesmo período do ano passado: de 13.897 manifestações para 16.170.

Para comparação e para dimensionar o crescimento, durante todo o ano de 2016, o órgão anotou 17.755 solicitações de municípios.

Segundo o ouvidor público, Rivaldo Santos, essa situação está diretamente relacionada à ampliação dos meios que o cidadão tem para fazer os apontamentos (veja destaque) e às soluções das ações por parte da Administração Municipal.

"O aumento do número de ocorrências vem muito da atenção que a Prefeitura dá ao munícipe. A gente recebia poucas manifestações porque tinha poucos canais de comunicação. Mas não adianta criá-los se o Poder Público não é eficiente nas respostas. As pessoas estão percebendo que esses canais são eficientes para ajudar na resolução dos problemas", afirmou.

O representante do Executivo justificou que, no último semestre, o índice de satisfação dos cidadãos com o serviço solicitado é de 96%. Essas respostas são dadas por e-mail. Além disso, duas pessoas da Ouvidoria ligam para aqueles que não respondem à pesquisa, como se fosse um pós-atendimento feito por algumas empresas aos clientes.

Santos citou, ainda, que todos os cidadãos que estão cadastrados na Ouvidoria recebem, por e-mail, as notificações dos serviços programados no bairro.

BUSCA DE SOLUÇÕES

O ouvidor entende que os números levantados pelo órgão formam um relatório de gestão pública, que

EM ALTA

16
mil

manifestações foram registradas pela Ouvidoria Pública santista entre janeiro e junho últimos

contribuem para a Administração Municipal identificar os principais problemas em cada bairro e tomar providências.

Por exemplo, no primeiro semestre do ano passado, a principal queixa registrada estava relacionada à poda de árvores. Neste ano, ela caiu para a terceira colocação (1.247 registros, ou 7,71% das ocorrências).

"O número de reclamações era maior antes, porque tínhamos um contrato para esse serviço muito limitado. Eram apenas duas equipes e, hoje, são seis, uma delas da Prefeitura", justificou.

As principais ocorrências nos primeiros seis meses deste ano estão relacionadas à manutenção e/ou à instalação em vias públicas (1.876, o equivalente a 11,6% do total).

De acordo com o ouvidor, houve um crescimento no número de contentores de lixo que foram alvo de vandalismo e de furtos. Há muitos pedidos para a ampliação do número deles na Cidade, mas isso não pode ocorrer por uma questão contratual.

"No caso das vias públicas, registramos, infelizmente, mais ocorrências de furtos de grades, grelhas, furtos de grades, grelhas, tampas de bueiro e bocas de lobo", mencionou.

ILUMINAÇÃO

No segundo lugar do ranking de reclamações, está a iluminação (1.392, ou 8,6% dos registros), devido aos apontamentos relativos a lâmpadas queimadas, piscando e/ou acesas durante o dia.

Santos citou que a Prefeitura fará uma parceria público-privada (PPP) para esse setor.

No novo contrato, estará prevista a instalação de lâmpadas de LED, que proporcionam mais luminosidade às vias públicas.



Demanda por poda de árvores, porém, caiu. Ouvidor considera que ampliação das equipes contribuiu

FOTOS VANESSA RODRIGUES

Órgão tem prazo para dar respostas

As demandas registradas na Ouvidoria Pública precisam ser respondidas ao cidadão em até 20 dias, a depender da complexidade do assunto.

Em caráter excepcional, ocorrências com prazo máximo de 20 dias poderão ter mais dez para dar satisfação ao munícipe, desde que o órgão ou secretaria faça esse pedido.

Essa regra está prevista no Decreto Municipal 7.584, de 9 de novembro de 2016, assinado pelo então prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB).

Por ser um indicador no programa de metas de Participação Direta nos Resultados, o não cumprimento de prazos pode resultar em perda de pontuação e interferir no pagamento de bônus.

"No passado, a Ouvidoria chegou a ter uma média de 150 dias para responder as manifestações, mas hoje isso caiu para 15 dias. Mesmo assim, temos ainda um grande número de ocorrências sem resposta", afirmou Rivaldo Santos, responsável pelo órgão.

Nesses casos, as secretarias recebem cobranças, e até mesmo sindicâncias são abertas. Mesmo assim, se a devolutiva não é considerada satisfatória ou conclusiva, a ocorrência é reaberta.

COMO CHAMAR

- www.santos.sp.gov.br/ouvidoria
- https://app.colab.re/BR/SP/Santos
- E-mail: ouvidoria@santos.sp.gov.br
- Telefone: 162, de segunda a sexta-feira, das 9 às 17h
- WhatsApp: (13) 99750-3857, de segunda a sexta-feira, das 9 às 17h
- Pessoalmente, no Paço Municipal (Pça. Visconde de Mauá, s/nº, térreo), de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h

PROCEDIMENTO

BRANDYRIBAS - 16/5/17



"Na Ouvidoria, nós temos três Rs, que é a base do nosso trabalho: registrar as ocorrências; responder, que era uma falha grave do Poder Público; e, o mais importante deles, resolver, que envolve a cobrança pelas respostas, fazer as mediações para solucionar os problemas e questionar os porquês de não se realizar determinado serviço"

Rivaldo Santos
Ouvidor público
de Santos



Bairro foi o primeiro colocado em pedidos nos últimos dois semestres

Encruzilhada é líder em solicitações

■ O Bairro Encruzilhada liderou o número de manifestações na Ouvidoria Pública de Santos tanto no primeiro semestre deste ano (1.461) quanto no mesmo período do ano anterior (1.422).

Ao acessar o site da Prefeitura, é possível observar que essa situação tem como justificativa as queixas relacionadas à marcação de consultas e exames e à aber-

tura de agenda médica.

Esse serviço é feito em um equipamento da Secretaria Municipal de Saúde localizado na Rua Barão da Paranapiacaba, próximo à Avenida Ana Costa.

OUTROS BAIROS

Após a Encruzilhada, os bairros que contabilizaram mais ocorrências no órgão municipal nos primeiros seis meses deste ano foram

os seguintes: Ponta da Praia (1.042), Embaré (1.040), Macuco (1.012) e Gonzaga (1.000).

Para o responsável pela Ouvidoria Pública, Rivaldo Santos, as localidades que têm maior mobilização da sociedade e conhecem os instrumentos de cobrança são as que mais apresentam demandas à Administração Municipal. Por esse motivo, argumenta o ouvidor, o nú-

mero de ocorrências não está necessariamente associado à quantidade de problemas em um local.

DESAFIO

"Nem sempre os bairros com os piores problemas são os que mais participam. Por esse motivo, o nosso desafio é fazer um trabalho de busca ativa nessas áreas mais carentes", afirmou.

Baixada não pedirá para acelerar 2ª dose de vacina

Discussão surgiu quando Ribeirão Preto solicitou ao Estado antecipar a imunização

MAURÍCIO MARTINS

DA REDAÇÃO

As cidades da Baixada Santista não pretendem pedir ao Governo Estadual autorização para antecipar o intervalo entre a primeira e a segunda doses das vacinas contra coronavírus. Para os municípios, os prazos devem ser respeitados, até que haja uma nova diretriz técnica. A CoronaVac tem intervalo de 28 dias entre as doses. A Pfizer e a da Oxford/AstraZeneca, três meses. A Secretaria de Estado da Saúde diz ter se planejado para garantir doses para completar o esquema vacinal dos públicos-alvo da campanha.

As cidades da Baixada Santista não pretendem pedir ao Governo Estadual autorização para antecipar o intervalo entre a primeira e a segunda doses das vacinas contra coronavírus. Para os municípios, os prazos devem ser respeitados, até que haja uma nova diretriz técnica. A CoronaVac tem intervalo de 28 dias entre as doses. A Pfizer e a da Oxford/AstraZeneca, três meses. A Secretaria de Estado da Saúde diz ter se planejado para garantir doses para completar o esquema vacinal dos públicos-alvo da campanha.

PLANO

Para os municípios, os prazos devem ser respeitados, até que haja uma nova diretriz técnica. A CoronaVac tem intervalo de 28 dias entre as doses. A Pfizer e a da Oxford/AstraZeneca, três meses. A Secretaria de Estado da Saúde diz ter se planejado para garantir doses para completar o esquema vacinal dos públicos-alvo da campanha.

las na rede municipal, previsto para 3 de agosto no Ensino Fundamental.

A Secretaria de Estado da Saúde informou para *A Tribuna* que o Plano Estadual de Imunização (PEI) contra a covid-19 foi elaborado de forma a garantir doses para

completar o esquema vacinal dos públicos-alvo da campanha, "considerando as recomendações da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e do PNI (Programa Nacional de Imunizações), que atualmente indicam duas doses da vacina do Butantan, com intervalo de 28 dias, e duas das vacinas Fiocruz e Pfizer, com 12 semanas entre ambas".

INFECTOLOGISTAS OPINAM

A infectologista Raquel Muarek explica que a segunda dose de AstraZeneca pode ser tomada entre quatro e 12 semanas após a primeira, segundo a bula. "Se estiver sobrando ou com aumento de doses, antecipar para oito semanas não teria

IMUNIZAÇÃO

A Prefeitura de Cubatão anunciou que iniciará hoje, de forma escalonada, a imunização da faixa etária entre 31 e 27 anos, de maneira decrescente. Hoje, quem tem 31 anos pode se dirigir a um posto. Amanhã, os de 30; e assim sucessivamente, até sexta, dia 23, quando os de 27 anos serão imunizados. Também a partir de hoje, pessoas a partir de 20 anos podem tomar doses remanescentes. Para isso, basta realizar o cadastro em uma das unidades que vacinam, durante o horário de expediente, ou ir ao Centro Esportivo Pita a partir das 14h. Em Santos, a partir de hoje, idosos de 63 anos podem se dirigir a um dos 30 locais (22 policlínicas e oito postos de vacinação) para receber a segunda dose da AstraZeneca.



Secretaria Estadual de Saúde afirma que plano de vacinação segue recomendações da Anvisa e do Programa Nacional de Imunizações

problema, como está sendo feito em alguns distritos. Não é prejudicial, mas precisa ter a vacina. O ideal é esperar a Anvisa e uma análise do Governo (Federal) para essa antecipação".

O infectologista Roberto Focaccia julga a questão "muito discutível". "Não de-

vem ser realizados esquemas fora dos experimentados e aprovados, a não ser em casos excepcionais. Além disso, (antecipar) deixa muita gente sem cobertura de primeira dose. E a primeira dose reduz parcialmente a transmissão do vírus e, possivelmente, tem sido um fator

muito positivo em diminuir a hospitalização".

Com a quantidade limitada de vacinas no Brasil, não há motivo para antecipação, afirma o infectologista Leonardo Weissmann. "O ideal é ampliar a cobertura com a primeira dose, o que já permite reduzir o número de

casos e de óbitos. Sou favorável a manter o intervalo de 12 semanas (Pfizer e AstraZeneca), orientando e motivando a população sobre a importância de tomar as duas doses. Estudos têm mostrado que, quanto maior o intervalo, maior a proteção".



Região confirma mais 69 casos de covid

■■■A região registrou ontem mais 69 casos de covid-19. Nenhuma morte foi confirmada. Os números, porém, estão defasados, porque Guarujá, Itanhaém e Peruíbe não divulgaram dados.

No total, 6.355 pessoas já perderam a vida na região desde o início da pandemia. E ainda são 244 mortes em investigação. Os infectados estão em 155.434. Além disso, há 4.636 suspeitas de contaminação que aguardam resultados de exames. Os recuperados somam 133.356.

SANTOS

A Prefeitura de Santos recebeu 25 notificações entre os municípios. O número de casos acumulados chegou a 48.338. Houve diminuição nos internados na Cidade, de 261 para 249 (-4,6%). Houve queda também no total de internados em UTIs, de 170 para 162

	CASOS	MORTES	VACINAS						2ª DOSE + DOSE ÚNICA	
			1ª DOSE	% DA POP.	2ª DOSE	% DA POP.	ÚNICA	% DA POP.	DOSE ÚNICA	% DA POP.
BERTIÓGA	5.682	161	28.506	44,0	7.238	11,2	1.490	2,3	8.728	13,5
CUBATÃO	14.607	481	55.153	41,9	14.356	10,9	3.242	2,5	17.598	13,4
GUARUJÁ	24.290	1.185	153.671	47,6	35.865	11,1	7.572	2,3	43.437	13,5
ITANHAÉM	6.747	264	56.780	55,1	18.257	17,7	2.088	2,0	20.345	19,7
MONGAGUÁ	4.978	125	28.807	50,0	8.797	15,3	733	1,3	9.530	16,5
PERUÍBE	7.382	214	33.688	48,8	10.473	15,2	463	0,7	10.936	15,8
PRAIA GRANDE	24.552	904	154.886	46,8	48.989	14,8	6.455	2,0	55.444	16,8
SANTOS	48.338	1.927	265.553	61,2	102.847	23,7	7.611	1,8	110.458	25,5
SÃO VICENTE	18.858	1.094	168.653	45,8	44.905	12,2	6.970	1,9	51.875	14,1
TOTAL	155.434	6.355	945.697	50,3	291.727	15,5	36.624	1,9	328.351	17,4

Guarujá, Itanhaém e Peruíbe não atualizaram

Dados atualizados ontem, às 18h01. Obs.: O imunizante de dose única disponível no País é o da Janssen

Baixada Santista

CASOS SUSPEITOS	MORTES SUSPEITAS	CASOS RECUPERADOS	TOTAL DE DOSES APLICADAS
4.636	244	133.356	1.274.048

São Paulo

CASOS CONFIRMADOS	TOTAL DE ÓBITOS	TOTAL DE DOSES APLICADAS
3.939.632	134.803	31.356.411

Brasil

CASOS CONFIRMADOS	TOTAL DE ÓBITOS	TOTAL DE DOSES APLICADAS
19.372.820	542.262	122.788.410

Fontes: Consórcio de imprensa, prefeituras da Baixada Santista, gisandata.maps.arcgis.com, covid.saude.gov.br e Vacinômetro

(-4,7%). A ocupação dos 664 leitos covid-19 estava ontem em 38%. Entre os 355 de UTI, a ocupação era de 46%. No SUS, 38% e na rede privada, 57%.



Dia a Dia

Sandro Thadeu

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Falta de câmeras para a Zona Noroeste incomoda vereador

O vereador de Santos João Neri (DEM) não ficou nada satisfeito ao tomar conhecimento de que a Zona Noroeste não será contemplada com nenhuma das 211 novas câmeras de monitoramento que serão instaladas no Município. Os equipamentos estarão fixados em pontos turísticos e comerciais das regiões Central, Intermediária e da Orla. Diante disso, ele enviou um requerimento à Prefeitura para saber os motivos de a Zona Noroeste ter sido excluída. Na semana passada, a Secretaria de Planejamento e Inovação respondeu ao parlamentar que esse projeto foi solicitado, em setembro de 2019, pelo então prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) e foi desenhado com a ajuda do mapa de boletins de ocorrência da Guarda Municipal. A proposta teve o aval do Conselho Municipal de Turismo. Essas novas câmeras de monitoramento serão adquiridas e instaladas com recursos oriundos do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (Dadetur).

Mãos atadas

A Prefeitura explicou a Neri que projetos bancados com esses recursos devem ser em vias e/ou áreas que recebem turistas. A Administração Municipal justificou ainda que não cabe ao departamento técnico opinar sobre a mudança no escopo dessa proposta.

Marca registrada

O parlamentar santista Ademir Pestana (PSDB) sugeriu a criação de um selo comemorativo ao bicentenário da Independência do Brasil.

Data marcante

O tucano é o presidente da Comissão Especial de Vereadores (CEV) para estudar, acompanhar e propor ações em face dessa importante data comemorativa, que será celebrada no dia 7 de setembro do próximo ano.

Proteção máxima

O prefeito de Bertioga, Caio Matheus (PSDB), anunciou nas redes sociais que o Município ganhará um novo complexo de segurança. Uma grande área da Cidade, que não foi revelada, receberá os prédios da Defesa Civil, Guarda Municipal e Secretaria de Segurança e Cidadania.

Intenções de sobra

Segundo o chefe do Executivo, esse terreno também terá um espaço para abrigar a sede do Detran e a Polícia Civil, que terá naquele ponto o 1º Distrito Policial e a futura Delegacia de Defesa da Mulher. O tucano disse que revelará, em breve, detalhes sobre as obras.

Mãos no fogo

O procurador regional eleitoral de São Paulo, Sérgio Monteiro Medeiros, assinou uma nota pública sobre as urnas eletrônicas. Ele ratificou sua plena confiança no sistema brasileiro de votação eletrônica.



REPRODUÇÃO/TWITTER

Preparação para 2022

Segundo colocado na disputa pela Prefeitura de São Paulo no ano passado, o coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Guilherme Boulos (PSOL - foto), estará em Santos nessa quarta-feira. Ele é pré-candidato a governador e tem circulado por várias regiões do Estado.

Agenda cheia

Boulos terá compromissos na Diocese de Santos, na Associação Comercial de Santos e concederá entrevistas a veículos de imprensa. Ele também fará uma visita na Vila Progresso, participará de uma reunião com vereadores e estará em um encontro com lideranças sociais e sindicais.

Buscando forças

O parlamentar de São Vicente Joseval Rodrigues Bezerra, o Jabá (PL), foi o autor do projeto de resolução que criou a Comissão Especial de Vereadores (CEV) que fará a articulação com outros entes públicos para implantar a equoterapia no Município.

Serviço fundamental

A intenção dele é que o Município possa disponibilizar esse serviço gratuitamente a toda população. A equoterapia é utilizada na reabilitação de pessoas com limitações físicas ou mentais.



ADILSON JUNIOR. Radialista, gestor público, vereador (PP) e presidente da Câmara Municipal de Santos

Terrenos de marinha

Ouvi outro dia uma colocação muito interessante: “burocracia é igual a colesterol, existe a boa e a ruim”.

O instituto chamado “terrenos de marinha” foi criado pela Coroa Portuguesa, no Brasil-Colônia, com o objetivo de defender a costa e também de preservar o meio ambiente. Essa classificação foi recepcionada no Império e sobrevive até os dias atuais, com a inserção no Art. 20, VII da Constituição Federal. Com o decorrer dos anos, a legislação em torno da matéria tornou-se extremamente complexa, dada a existência de diversas leis, decretos e Instruções Normativas.

Inicialmente, podemos destacar que a adoção do conceito “terrenos de marinha”, na prática possibilitou e ainda possibilita a preservação de manguezais, restingas, praias e outras áreas de interesse ambiental, podendo ser caracterizada como a “burocracia boa”, ainda que algumas dessas áreas estejam ocupadas irregularmente. Por outro lado, a ocupação, mesmo ordenada, com consentimento da União, ao longo dos anos, apresenta uma situação de gran-

de complexidade, com os titulares sofrendo com um sistema legal extremamente complicado, em termos de procedimentos, caracterizando-se assim, como exemplo de “burocracia ruim”!

A União, mesmo permitindo o uso dessas áreas por particulares, as trata como suas, cadastrando os imóveis como: “Regime de Ocupação”, no qual considera o uso a “título precário”, tendo a possibilidade de cancelar a outorga a qualquer tempo, e sem indenização ou, na forma de aforamento, situação em que o titular da outorga possui 83% do domínio útil, mas a União detém 17% do imóvel, tornando-se dessa forma “sócia” do titular!

Recentemente, o Governo Federal alardeou o “fim do Laudêmio”, como são chamados pelas pessoas os “terrenos de marinha”. Ao mesmo tempo, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) majorou os valores de avaliação dos imóveis assim classificados, no período de 2 anos, em cerca de 50%, elevando as Taxas de Ocupação e de Foro.

O que o Governo Federal não esclarece é que o “fim do Laudêmio”, na

verdade, é a remição do aforamento, prevista na Lei 13.240/2015, e a remição não atinge os imóveis classificados como ocupação. Na possibilidade de remição, o titular terá que comprar da União os 17% do valor do imóvel, o que poderá ser parcelado. Dessa forma, a grande maioria dos ocupantes de “terrenos de marinha” continuarão na mesma situação, e pior, com as Taxas de Ocupação majoradas, inclusive sendo obrigados a pagar 5% do valor de avaliação, a título de laudêmio, caso transacionem o imóvel.

O fim dessa situação precisa ser realizado de fato com a verdadeira extinção dos “terrenos de marinha”, mantendo a União a titularidade em áreas que considere do seu interesse, como áreas de preservação ambiental, desonerando os cidadãos. E isso pode ser levado a efeito, uma vez que existe condição na legislação patrimonial para o Governo Federal, de ofício, transformar todos os imóveis em regime de ocupação para aforamento, permitindo, assim, a remição e outorgando segurança jurídica aos titulares.



Vinte mil deixam de pedir desconto na conta de luz

MAURÍCIO MARTINS
DA REDAÇÃO

Milhares de pessoas de baixa renda na Baixada Santista têm direito à Tarifa Social na conta de energia elétrica e não a solicitaram. Os descontos para quem é cadastrado chegam a 65%. Só entre os clientes atendidos pela CPFL Piratininga, nas cidades de Santos, São Vicente, Praia Grande, Cubatão e Guarujá, são 19,6 mil que podem ter o benefício.

"Normalmente, as pessoas não sabem que têm direito, é falta de conhecimento. Dependendo do consumo da pessoa, faz a diferença na conta. Estamos falando de clientes de baixa renda, que recebem até meio salário mínimo (R\$ 550,00). Então, R\$ 10, R\$ 20 de desconto ajudam", afirma Silvio Ramos, consultor de Negócios da CPFL Piratininga.

A empresa distribuidora

registrou o crescimento de 1.099 novos clientes cadastrados no primeiro semestre deste ano, somando 19.308 na região. Essas pessoas também garantem a isenção no corte de energia por inadimplência, determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vigente até 30 de setembro.

São Vicente lidera entre as cidades da região em número de clientes com baixa renda cadastrados, com 5.610, mas há mais 4.357 aptos ao benefício. Na segunda posição, Praia Grande tem 5.241 consumidores beneficiados e 3.378 que podem pedir.

Santos fica em terceiro lugar, com 4.010 unidades consumidoras recebendo desconto e outras 3.645 com essa possibilidade. Depois, Cubatão, com 3.017 e 2.497, respectivamente, e

Guarujá, com 1.430 recebendo e 5.750 ainda sem cadastro.

O QUE É

O benefício foi criado pelo Governo Federal para as residências de famílias com baixa renda e regulamentado pela Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010.

Toda unidade consumidora residencial com família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal faz jus ao abatimento. É preciso possuir Número de Identificação Social (NIS) e ter renda familiar mensal por pessoa menor ou igual a meio salário mínimo nacional.

Os descontos são aplicados de forma cumulativa para faixas de consumo que vão de zero a 220 quilowatt-hora (kWh).

A tarifa terá um desconto de 65% para os primeiros

30 kWh consumidos no mês. Para o consumo de 31 a 100 kWh/mês, o desconto será de 40%. Finalmente, a parcela de consumo entre 101 e 220 kWh no mês terá 10% de desconto.

ELEKTRO

A Elektro, responsável pela distribuição de energia em Bertoga, Itanhaém, Mongaguá, Peruibe e parte de Guarujá, não informou dados regionais. Disse apenas que, nos primeiros três meses do ano, mais de 30 mil novas famílias foram cadastradas na Tarifa Social nas 223 cidades onde atua.

Os clientes da Elektro podem solicitar a inscrição pelo WhatsApp (19) 2122-1696. Para isso, basta informar o número da conta contrato e o NIS. Se o beneficiário não for o titular, deverão ser enviadas também pelo aplicativo fotos do CPF e do RG do portador do NIS. Os dados serão confirmados no banco de dados do Governo Federal e o prazo para credenciamento é de cinco dias úteis. O benefício começa na fatura seguinte.



CPFL Piratininga tem 19.308 cadastrados no sistema de redução no valor da conta a quem tem baixa renda

COMO FAZER

Caso se enquadre nos requisitos, o cliente deverá se cadastrar na distribuidora. No caso da CPFL, pelo site <http://www.cpl.com.br/> baixarenda ou pelo aplicati-

vo CPFL Energia. Basta informar os documentos e comprovantes solicitados.

Caso a pessoa com o benefício da Tarifa Social não seja a titular da instalação, é importante que ela faça o

pedido sempre identificando o código do cliente (presente na conta de energia) do local onde mora, para que a CPFL possa conceder o benefício de forma adequada.



Homem relata agressão da GCM

Imagens mostram jornalista no chão em abordagem ocorrida na Praça do Sesc; Guarda Civil Municipal afirma que houve resistência

DO G1 SANTOS

Um jornalista de 40 anos diz ter sido agredido por guardas civis municipais em abordagem na Praça do Sesc, em Santos. Roberto Cosme afirma que havia parado no local para cumprimentar amigos e se proteger da chuva, quando chegaram os guardas para atender uma denúncia de aglomeração e as agressões teriam se iniciado. Já a Guarda alega que ele resistiu à abordagem e precisou ser imobilizado para ser conduzido à delegacia.

Vídeos de pessoas que estavam no local mostram Cosme sendo imobilizado por quatro agentes, enquanto os guardas são advertidos por quem filma sobre o excesso da força utilizada.

O rapaz que filma chega a questionar, em determi-

nado momento, se iriam 'matar' a vítima. O caso ocorreu na madrugada de sábado.

O jornalista relatou que estava passando pela praça, viu um casal de amigos e parou para falar com eles e se proteger da chuva.

"Havia uma aglomeração, mas do lado contrário ao nosso. Ali, estávamos sentados só eu, o casal de amigos, e um rapaz que não conhecíamos, mas porque havia ali cobertura para se proteger da chuva".

Os guardas chegaram, afirmando que receberam denúncia de aglomeração. "Eu e meus amigos estávamos de máscara, mas na hora eu estava sem, só para beber um refrigerante. Falaram que eu não podia comer e nem beber ali e que tinha que ir embora. Eu fa-



Vídeo revela o uso da força por parte dos guardas municipais

lei que não tinha como ir embora, porque estava chovendo. Ai eles pediram o documento, e eu falei que não iria dar, porque não tinha nada a ver com o ocorrido, não estava fazendo nada errado e a aglomeração estava do outro lado".

VIRAR MEME

Segundo ele afirma, depois disso, os guardas chegaram por trás dele batendo, aplicando 'joelhadas' e sufocação.

"Depois me jogaram para dentro da viatura, tentaram quebrar meu telefone. Falaram que eu iria virar meme. Eu não me neguei a colocar a máscara, só estava sem na hora que bebia refrigerante e expliquei o que estava acontecendo. Eu sou um cidadão, merecia respeito", alega Cosme.

RESPOSTA

Em nota, a Guarda Civil Municipal (GCM) informa que foi acionada, por meio de denúncia (via telefone 153), para dispersar uma aglomeração na praça situada em frente ao Sesc-Santos. Ao chegar ao local, a equipe "foi recebida com resistência pelo grupo que estava descumprindo as medidas sanitárias vigentes".

Segundo a nota, houve necessidade de solicitar apoio a outras viaturas. A nota afirma, ainda, que o grupo foi orientado a usar máscaras, e que apenas dois se recusaram a fazê-lo. Também teriam se recusado a apresentar documentos. "Sendo necessário que fossem detidos e imobilizados para a condução dos mesmos à delegacia, de acordo com a legislação vigente".